

DECRETO N.º 14.058 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1920 (*)

Dá novo regulamento ao Corpo Consular Brasileiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 5º, n. II, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro do corrente anno, decreta:

Artigo unico. Fica approved o Regulamento para o Corpo Consular Brasileiro, que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, que o fará executar.

Rio de Janeiro, 11 de fevereçoiro de 1920, 99ª da Independência e 32ª da Republica.

EPITÁCIO PESSÔA.

J. M. de Azevedo Marques

Regulamento do Corpo Consular Brasileiro a que se refere o decreto n. 14.058, de 11 de fevereçoiro de 1920

CAPITULO I

Organização do Corpo Consular

Art. 1º. — O Corpo Consular de carreira compõe-se de:

- a) — Consules Geraes; e
- b) — Consules.

Art. 2º. — Os Consulados da Republica, para os effeitos internos da investidura e dos vencimentos, ficam divididos em:

I) — Consulados Geraes de primeira classe:

NA AMERICA

Montevideo, Buenos-Aires e Nova York.

NA EUROPA

Antuerpia, Barcelona, Genova, Hamburgo, Lisboa, Liverpool e Paris.

II) — Consulados Geraes de segunda classe:

NA AMERICA

Assumpção, Norfolk e Valparaizo.

NA EUROPA

Amsterdam, Bordéos, Genebra, Havre, Londres e Porto.

NA ASIA

Yokohama.

III) — Consulados de primeira classe:

NA AMERICA

Cobija, Iquitos, Nova-Orleans, Posadas, Rivera, Rosario de Santa Fé, Salto e Villa Bella.

NA EUROPA

Bremen, Cadiz, Cardiff, Christiania, Glasgow, Gothemburgo, Manchester, Marselha, Nápoles e Trieste.

IV) — Consulados de segunda classe:

NA AMERICA

Alvear, Artigas, Baltimore, Barbados, Cayenna, Chicago, Halifax, Melo, Paso de los Libres, Paysandú, Rio Branco, S. Luiz, Santa Rosa e Santo Tomé.

NA EUROPA

Berlim, Boulogne-sur-mer, Cherburgo, Galatz, Helsinfor, La Rochelle, Livorno, Lyon, Milão, Odessa, Rotterdam, Southampton, Vienna, Vigo e Zurich.

NA ASIA

Bombaim, Calcuttá, Kobe, Shangai e Vladivostock.

NA AFRICA

Alexandria, Dakar e Funchal.

NA OCEANIA

Sydney.

Art. 3º. — Nos Consulados Geraes de Primeira Classe e nos do Havre, Londres e Iquitos haverá também Consules de Segunda Classe adjuntos.

Art. 4º. — Alem dos funcionarios de carreira, a que se refere o art. 1º, haverá os seguintes:

- a) — Consules honorarios, onde o Governo os estabelecer;
- b) — Vice-Consules;
- c) — Agentes Consulares, onde houver Vice-Consules;
- d) — Cem auxiliares de Consulado;
- e) — Tres Inspectores de Consulados;
- f) — Seis Addidos commerciaes.

§ 1º. — Os auxiliares de Consulado funcionarão fixamente nos consulados seguintes:

- a) — Dez em Nova York;
- b) — Seis no Porto;
- c) — Cinco em Buenos Ayres, Hamburgo, Liverpool, Montevideo e Paris;
- d) — Quatro em Genova, Havre e Lisboa;
- e) — Tres em Antuerpia e Londres;
- f) — Dois em Amsterdam, Barcelona, Bordéos, Bremen, Glasgow, Marselha, Manchester, Nápoles e Norfolk;
- g) — Um em Assumpção, Cadiz, Cardiff, Cobija, Genebra, Gothemburgo, Halifax, Christiania, Nova Orleans, Posadas, Rivera, Rosario, Rotterdam, Salto, Southampton, Trieste, Valparaizo e Vigo.

§ 2º. — Os cinco restantes auxiliares serão distribuidos pelo Governo conforme as conveniencias do serviço consular.

Art. 5º. — São requisitos para exercer os cargos a que se refere o artigo anterior:

- a) — ser cidadão brasileiro;
- b) — não soffrer de molestia, contagiosa ou incuravel, e de incapacidade physica, que impossibilitem ou difficultem em grão elevado o desempenho da funcção consular;
- c) — ter boa conducta civil e moral e boa educação social;
- d) — ser bom dactylographo, para o cargo de auxiliar de Consulado.

Paragrapho unico. — Em falta de brasileiros para os cargos das letras, a, b, e c), do art. 4º, poderá a nomeação recahir em estrangeiros, habilitados, que in-

(*) Reproduz-se por ter sahido com incorrecções.

spirem confiança pelos seus precedentes e qualidades pessoais.

CAPITULO II

Nomeação e promoção

Art. 6º. — Os Consules de segunda classe serão nomeados mediante concurso (art. 9º), ou *ex-vi* do art. 17 do Regulamento Diplomático e do art. 38 do Regulamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, sendo os demais cargos providos por acesso gradual do modo seguinte:

a) — os Consules de segunda classe serão promovidos a Consules de Primeira Classe;

b) — os Consules de Primeira Classe a Consules Geraes de Segunda Classe;

c) — estes ultimos a Consules Geraes de Primeira Classe.

§ 1º. — As promoções far-se-ão duas por merecimento e uma por antiguidade.

§ 2º. — São motivos de preferencia para a promoção por merecimento:

1º. — O melhor serviço effectivo attestado pelos respectivos Chefes;

2º. — A melhor aptidão para o cargo a preencher;

3º. — O serviço na America, Asia, Africa e Oceania;

4º. — Entre casados, o ser casado com brasileira;

5º. — As melhores habilitações scientificas e litterarias;

6º. — A antiguidade.

§ 3º. — A antiguidade será fixada pelo tempo liquido de serviço na classe a que pertence o funcionario ou em classes equivalentes. Entre candidatos com a mesma antiguidade de classe será promovido o mais antigo nos serviços do Ministerio. Em caso de empate terá preferencia o mais velho em idade.

§ 4º. — Para a promoção a Consul Geral de Primeira Classe é condição essencial ter servido durante dois annos, pelo menos, na Asia, na Africa ou na America, em postos que não os Estados Unidos da America do Norte, a Argentina, o Chile e o Uruguay.

Art. 7º. — Serão nomeados:

§ 1º. — Por decreto do Presidente da Republica:

a) — os Consules Geraes;

b) — os Consules de Primeira Classe;

c) — os Consules honorarios;

d) — os Inspectores Consulares;

e) — os Addidos Commerciaes.

§ 2º. — Por portaria do Ministro:

a) — os Consules de Segunda Classe;

b) — os Auxiliares de Consulado.

§ 3º. — Por portaria dos Consules Geraes ou Consules:

— os Vice-Consules.

§ 4º. — Por portaria dos Vice-Consules:

— os Agentes Consulares.

§ 5º. — As nomeações de que tratam os §§ 3º e 4º serão immediatamente communicadas, por telegramma, ao Ministro de Estado e só depois da sua approvação expressa terão validade, podendo ser revogadas, a todo o tempo, pelo Ministro, com ou sem proposta dos Consules.

§ 6º. — Outrosim taes nomeações poderão ser revogadas a todo o tempo, em virtude de causas graves; mas esse acto ficará dependente de expressa approvação do Ministro de Estado.

§ 7º. — A communicação telegraphica (§ 5º) será immediatamente confirmada por officio, informando acerca dos requisitos da pessoa nomeada, especialmente a sua nacionalidade, idade, estado civil e precedentes, e remetendo o autographo da assignatura da mesma pessoa.

Art. 8º. — São absolutamente incompativeis com os cargos consulares:

1º) — os agentes ou representantes de companhias de navegação ou de bancos;

2º) — os que exercerem cargo, ou profissão, que embarace a função consular; e

3º) — relativamente ao mesmo Consulado, para não servirem conjunctamente, os ascendentes, descendentes irmãos e cunhados durante o cunhadio.

CAPITULO III

Concurso

Art. 9º. — Para o concurso de Consul de Segunda Classe abrir-se-ha a inscripção durante noventa dias, annunciada por edital no *Diario Official* e num dos jornaes diarios de maior circulação da Capital Federal.

§ 1º. — Os candidatos instruirão os seus requerimentos de inscripção com as provas, em forma legal, dos requisitos obrigatorios seguintes:

a) — nacionalidade brasileira;

b) — idade de vinte a trinta annos;

c) — boa conducta civil e moral;

d) — capacidade physica, consistente em não soffrer de molestia incuravel ou contagiosa, e deformação ou mutilação, que impossibilitem ou difficultem a actividade e a representação da carreira consular; e

e) — facultativamente, com outros titulos ou condições que os recomende.

§ 2º. — Encerrada a inscripção, e verificada a regularidade e sufficiencia das provas offerecidas, será designado e annunciado o dia para inicio dos exames numa das salas da Secretaria, perante a comissão examinadora presidida pelo Ministro, pelo Sub-Secretario, ou pelo Director Geral designado por aquelle.

§ 3º. — Os examinadores serão nomeados pelo Ministro em numero conveniente, nunca inferior a tres, e o exame versará sobre as materias seguintes:

a) — Linguas portugueza, franceza e ingleza falladas e escriptas correctamente; e, a escolha do candidato, a italiana ou a allemã;

b) — Geographia geral e do Brasil, inclusive a parte commercial;

c) — Historia geral e do Brasil;

d) — Arithmetica;

e) — Noções de Direito Internacional Publico e Privado e do Direito Constitucional Brasileiro, especialmente o conhecimento completo da Constituição Federal;

f) — Direito Commercial, especialmente o Maritimo, nas suas relações com as carreiras consular e diplomatica, e noções succintas de Economia Politica;

g) — Legislação brasileira sobre a carreira consular.

Art. 10º.—O processo, julgamento e efeitos do curso serão estabelecidos em instruções que o Ministro expedirá.

Paragrapho unico.—Em igualdade de condições, será preferido o candidato que tiver prestado serviços como Auxiliar de Consulado, Addido de Embaixada ou de Legação, ou Addido á Secretaria. Entre casados terá preferencia o que o for com mulher brasileira.

CAPITULO IV

Compromisso, posse e transito

Art. 11º.—Os membros do Corpo Consular, mediante os titulos de sua investidura, prestarão o compromisso de bem servir, assignando um termo em livro especial na Secretaria de Estado ou nos Consulados.

Paragrapho unico.—Em seguida tomarão posse do cargo no respectivo Consulado, ou na Secretaria de Estado se estiverem em comissão no Brasil ou em ferias ordinarias ou extraordinarias.

Art. 12º.—Os nomeados ou removidos deverão partir para seus postos no prazo de sessenta dias, a contar da publicação do decreto no *Diario Official*, os que estiverem no Brasil; e do recebimento da comunicação official, os que estiverem em paiz estrangeiro. Poderá o Governo excepcionalmente diminuir esse prazo, si o exigir o serviço.

§ 1º.—A viagem desde a partida até a chegada será feita, sem interrupção irregular, dentro dos prazos constantes da tabella annexa. Para os postos não comprehendidos na tabella, o prazo será marcado pelo Governo, tendo em vista o tempo necessario para a viagem.

§ 2º.—As datas da partida e da chegada serão, immediatamente, comunicadas ao Ministro das Relações Exteriores pelo proprio funcionario e confirmadas pelo Chefe do Consulado, que dará, outrossim, comunicação pelo telegrapho das datas da sua posse, interrupções e retomadas de exercicio.

CAPITULO V

«Exequatur», Cartas-patentes

Art. 13º.—O *exequatur* será solicitado, mediante a exhibição da Carta-patente pela Embaixada ou Legação nos paizes onde as houver; e, não as havendo, pelos Consules Geraes e Consules para as suas nomeações e para as dos Consules honorarios e Vice-Consules.

Paragrapho unico.—Para esse fim, o Ministerio deverá remetter á Embaixada ou Legação, no paiz onde o nomeado vac servir, a Carta-patente si a nomeação foi feita pelo Governo. Si foi feita por outra autoridade a Carta-patente será por esta remettida á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, ou á Repartição arrecadadora competente, para a cobrança do sello devido, e, pago este, será enviada pelo Delegado Fiscal á Embaixada ou Legação respectiva.

CAPITULO VI

Substituição

Art. 14º.—Serão substituidos:

a) — o Consul Geral e o Consul pelo funcionario mais graduado do Consulado, ou, não o havendo, por quem o Ministro designar;

b) — o Consul adjunto pela pessoa que o chefe do Consulado nomear;

c) — o Consul-honorario pelo Vice-Consul;

d) — o Vice-Consul pelo Agente Consular;

e) — o Agente Consular pela pessoa para esse fim nomeada pelo Vice-Consul;

f) — os auxiliares de Consulado pelos auxiliares interinos que, para esse fim, forem nomeados pelo Consul.

§ 1º.—O Ministro poderá, em todo caso, si assim convier ao serviço, prover de outro modo á substituição.

§ 2º.—As substituições e nomeações interinas serão immediatamente comunicadas ao Ministro de Estado, e ás Embaixadas e Legações brasileiras nos respectivos territorios, sendo-lhes applicaveis os principios do art. 7º, §§ 5º, 6º e 7º.

CAPITULO VII

Circumscripção e hierarchia

Art. 15º.—Os Consules Geraes e os Consules terão jurisdicção respectivamente, em todo o territorio dos paizes onde exercerem as suas funções e nos districtos constantes das Cartas-patentes.

Art. 16º.—A superioridade dos Consules Geraes em relação aos Consules do seu territorio é limitada ao direito de:

a) — fiscalizar-lhes o procedimento no que respeita á observancia de seus deveres;

b) — dar-lhes as instruções convenientes á boa execução dos serviços;

c) — conceder-lhes prévia autorização para tratarem de negocios que exijam a intervenção do primeiro Chefe consular do territorio;

d) — exigir delles informações e esclarecimentos para trabalhos, como o de estatística, ou para estudos relativos ao commercio;

e) — ás demais faculdades que decorrerem deste Regulamento e outras leis.

Art. 17º.—Os Consules Geraes e os Consules exercerão livremente, nas suas circumscripções, com responsabilidade propria, todas as suas attribuições, independentemente da intervenção dos Ministros Diplomaticos brasileiros, salvante a autoridade destes, expressa nas leis, sobre os estabelecimentos consulares.

CAPITULO VIII

Deveres e attribuições

Art. 18º.—São principaes deveres e attribuições dos Consules Geraes e Consules:

1) — representar, promover e defender, no territorio em que funcionam, os interesses commerciaes e industriaes do Brasil e prestar assistencia e protecção aos brasileiros que dellas careçam;

2) — observar e communicar ao seu Governo o movimento commercial e economico do paiz em que funcionam, com todos os esclarecimentos uteis ao progresso do Brasil;

3) — communicar, sem perda de tempo, o apparecimento ou ameaça de epidemias, informando tambem, sobre isso, aos commandantes de navios brasileiros que alli chegarem;

- 4) — expôr os embaraços e dificuldades que impeçam a amplificação do commercio com o Brasil, suggerindo alivios;
- 5) — communicar as modificações havidas na legislação fiscal e aduaneira interessantes ao Brasil;
- 6) — reclamar, dentro da sua competencia, perante as autoridades locais as providencias possiveis a bem do commercio brasileiro;
- 7) — informar, avisar e aconselhar aos seus compatriotas acerca das exigencias legais do Brasil para com os brasileiros residentes ou de passagem no estrangeiro;
- 8) — ter a matricula dos nacionaes residentes nos seus districtos com as devidas especificações, remettendo copia ao seu Governo;
- 9) — promover a criação de camaras de commercio brasileiro e prestar seu apoio e collaboração ás existentes em condições uteis;
- 10) — organizar e manter nos Consulados mostruarios dos principaes productos brasileiros, fornecidos pelo Governo ou pelos particulares;
- 11) — promover e animar as conferencias e exhibições para esclarecimento e propaganda sobre o Brasil;
- 12) — providenciar para a prompta divulgação de tudo quanto se refira ás industrias brasileiras, especialmente ás siderurgicas, extractivas, de manganez, carvão, petroleo, graphite, frigorificas, borracha, café, cereaes, cacau, assucar, fumo, algodão, madeiras, etc., suas estatísticas e seus preços;
- 13) — manter um registro das firmas commerciaes e industriaes que funcçãoam no Brasil mediante informações das Juntas e associações commerciaes e repartições de estatística;
- 14) — remetter trimensalmente ao Ministerio um relatório do movimento commercial, industrial e economico, inclusive a navegação. Esse Relatório será publicado, sem atraso, no «Boletim do Ministerio», observado o disposto no art. 8º, § 2º do Regulamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;
- 15) — responder ás consultas e pedidos de informações sobre o nosso intercambio commercial e industrial;
- 16) — velar para que seus concidadãos não sejam privados das vantagens e favores a que tenham direito pelos tratados, ou pelos usos e principios do Direito Internacional;
- 17) — intervir amistosamente nas questões entre negociantes brasileiros para trazer-os a bom accôrdo;
- 18) — exercer a função de juiz-arbitro quando nomeados pelos interessados, consoante ás leis brasileiras;
- 19) — tomar conhecimento da mudança de nacionalidade dos navios brasileiros que entrarem nos portos dos seus districtos e da respectiva tripulação;
- 20) — informar aos capitães dos navios mercantes ou de guerra brasileiros sobre os usos, leis e praticas do porto e sobre a navegação, fazendo capturar pelas autoridades locais os marinheiros desertores, providenciando sobre o tratamento das pessoas de bordo que ficarem em terra por doentes, arrecadando ancoras,apparelhos e objectos deixados no lugar;
- 21) — intervir nos casos de insubordinação da gente da tripulação ou de conflictos entre passageiros ou em actos de injustiça, crueldade e negligencia dos capitães, solicitando a acção das autoridades locais, quando necessaria;
- 22) — proceder a exame, quando requerido, das avarias soffridas pelas embarcações e cargas, e providenciar, em caso de naufragio ou sinistro, para salvamento;
- 23) — manter nos estabelecimentos consulares collecções das Constituições Federal e dos Estados, bem como dos Codigos e principaes leis do Brasil, que possam ser uteis aos nacionaes e estrangeiros, proporcionando-lhes a consulta como for conveniente;
- 24) — assistir aos que se acharem envolvidos em processos criminaes;
- 25) — exercer, para os seus nacionaes, as funções de officiaes do registro civil, e de notario de accôrdo com as leis brasileiras;
- 26) — expedir ou visar passaportes aos que a elle tiverem direito, de accôrdo com os principios ou as restricções legais, sem prejuizo da attribuição das Embaixadas e Legações;
- 27) — convocar, quando necessario, os brasileiros, residentes ou de passagem, e ouvir-os sobre interesses commerciaes do Brasil, ou de beneficio de seus concidadãos, lavrando termos ou actas dessas reuniões;
- 28) — prestar ás Embaixadas e Legações brasileiras do respectivo paiz a cooperação e os serviços que as leis determinarem, observando as instrucções emanadas daquellas ou do Governo, e pedindo-lhes as informações de que necessitarem;
- 29) — communicar, reservadamente, ao Ministerio a conducta dos seus subordinados, responsabilizando-os ou punindo-os dentro da sua competencia, como for de lei;
- 30) — remetter, logo após a posse, um autographo das suas assignatura e rubrica e das dos Vice-Consules e Agentes consulares, com o sello de que usarem, aos Ministerios das Relações Exteriores e da Fazenda e ás Alfandegas e Delegacias Fiscaes;
- 31) — publicar, em seguida á posse, edital annunciando que estão em exercicio;
- 32) — não poderão usar chancellia ou carimbo para a sua assignatura, que será sempre de proprio punho;
- 33) — collocar na porta principal do estabelecimento consular um escudo com as armas da Republica e o distico indicativo do consulado, e fazer hastear a bandeira nacional quando o exigir a pragmatica ou o serviço, respeitadas as leis locais;
- 34) — não intervir na politica e nos negocios internos dos paizes onde estiverem acreditados. Esta prohibição não comprehende os casos em que lhes seja dado offerêr a intervenção amistosa e conceder asylo ou outros auxilios reclamados por principios humanitarios;
- 35) — prestar todos os esclarecimentos e auxilios, exhibindo livros e papeis aos Inspectores de Consulados quando em inspecção no estabelecimento;
- 36) — zelar pelo archivo, moveis e objectos do estabelecimento, organizando e assignando catalogos e listas do que receber e do que entregar;
- 37) — dirigir e distribuir o pessoal e os serviços do Consulado, designando o tempo de trabalho, que ordinariamente não será inferior a cinco horas em cada dia util, prorogavel si o serviço o exigir, e organizando o livro de assignatura do ponto, comprobatorio da frequencia;
- 38) — enviar ao Ministerio no 1º trimestre de cada anno um relatório dos trabalhos e occurrencias principaes do Consulado no anno anterior;

39) — executar com a diligencia necessaria as ordens e instrucções do Governo;

40) — proceder sempre com discreção e prudencia, obtendo, quando possivel, conforme a gravidade do caso, prévio consentimento do seu Governo, mas agindo por iniciativa propria nos casos urgentes ou na impossibilidade de ouvir ao Governo, comtanto que evitem compromissos e perturbações para o Brasil.

Art. 19º. — Aos demais funcionarios dos Consulados compete coadjuvar e substituir os chefes, observando as suas instrucções e as demais estabelecidas na lei.

Art. 20º. — Aos Consules honorarios e Vice-Consules cabe exercer as attribuições e cumprir os deveres do art. 18º nos lugares onde não houver consulados de carreira.

Art. 21º. — Aos Agentes Consulares incumbe coadjuvar e substituir os Vice-Consules em seus impedimentos, cumprindo as suas determinações e as estabelecidas por lei ou pelo Governo.

Art. 22º. — Os Auxiliares de Consulado executarão os serviços que lhes forem distribuidos pelo chefe do consulado.

Art. 23º. — Os Inspectores de Consulados terão como função inspecionar *in loco* os consulados brasileiros, conforme ás instrucções especiaes a cada caso, ou ás geraes expedidas pelo Ministerio de Estado das Relações Exteriores, observando, além disso, as normas seguintes:

1) — não poderão dar aviso prévio da sua inspecção;

2) — chegados, de surpresa, examinarão todos os livros, papeis e serviços durante o tempo que lhes for marcado pelo Ministerio, ou, em falta de instrucções especiaes, no prazo restrictamente necessario;

3) — verificarão si ha reclamações das autoridades locais, das empresas de navegação, de commerciantes ou outros interessados sobre o serviço consular, ou sobre a conducta dos funcionarios;

4) — procederão ao balanço das estampilhas e haveres em cofre; e examinarão a contabilidade do Consulado, remessa de saldos, consignando tudo quanto verificar;

5) — verificarão si existem e si estão em boa ordem os livros necessarios, moveis e archivo;

6) — indagarão da capacidade e comportamento dos funcionarios do Consulado;

7) — verificarão especialmente a efficacia das medidas adoptadas no Consulado para augmento e protecção do inter-cambio commercial, suggerindo os alvitre que julgarem uteis;

8) — farão e remetterão ao Ministerio um relatório circumstanciado do estado de cada Consulado, assignando as faltas e propondo as medidas convenientes, o qual será publicado no «Boletim do Ministerio» si o Ministro o julgar conveniente;

9) — informarão, reservadamente, ao Ministro das Relações Exteriores sobre a conducta e aptidão dos funcionarios.

Paragrapho unico. — Em cada Consulado haverá um livro especial denominado: — *Das inspecções* — aberto, numerado, encerrado e rubricado em todas as suas folhas pelo Inspector que realizar a primeira inspecção, no qual os Inspectores lavrarão os termos de seus trabalhos, consignando o que convier e as instrucções, que verificarão, nas futuras inspecções, si foram cumpridas.

CAPITULO IX

Transferencia

Art. 24º. — Os funcionarios do Corpo Consular, nomeados antes e depois da data do presente Regulamento, poderão trocar seus cargos por outros do Corpo Diplomatico e da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, mediante accordo reciproco e a juizo do Governo, respeitada para esse effeito a seguinte correspondencia:

a) — Consul Geral de Primeira Classe — Ministro Residente — Director de Secção;

b) — Consul Geral de Segunda Classe — Primeiro Secretario de Legação — Primeiro Official da Secretaria;

c) — Consul de Primeira Classe — Segundo Secretario de Legação — Segundo Official da Secretaria;

d) — Consul de Segunda Classe — Terceiro Official da Secretaria.

§ 1º. — O Governo poderá tambem, por acto proprio, transferir o funcionario, o qual, si houver sido nomeado antes deste Regulamento, terá a faculdade de aceitar, ou não, a transferencia; mas, no caso contrario, será obrigado a acceita-la, desde que ella se dê para cargo superior ou de vencimentos pelo menos iguaes.

§ 2º. — Sem ter prova official do conhecimento de todas as materias do concurso da nova carreira e, pelo menos, um anno de serviço effectivo no Corpo Consular, nenhum funcionario poderá ser transferido para o Corpo Diplomatico ou para a Secretaria de Estado.

Art. 25º. — A transferencia, com promoção, só será admissivel si o funcionario já tiver os requisitos legais para ser promovido na sua carreira.

CAPITULO X

Demissão

Art. 26º. — Os funcionarios de carreira do Corpo Consular, que não tiverem dez annos de effectivo serviço, poderão ser demittidos a arbitrio do Governo.

§ 1º. — Os que, porém, tiverem mais de dez annos só poderão ser demittidos a seu pedido, ou nos casos seguintes:

a) — por sentença judicial definitiva condemnando-os: 1º) á perda do cargo; 2º) a penalidades criminaes de dois ou mais annos de prisão; 3º) a penas inferiores a dois annos de prisão nos crimes do Código Penal, arts. 96 a 103, 110, 112, 114, 115, 118, 119, 124, 126, 134, 135, 189, 190 a 192, 207, 208, 251 a 255 e 369;

b) — por decisão definitiva em processo administrativo;

c) — por abandono do cargo.

§ 2º. — Abandono do cargo é: 1º) a ausencia do serviço por mais de trinta dias consecutivos, sem justificativa legal comprovada devidamente e, 2º) o excesso injustificado dos prazos legais ou marcados pelo Governo, para assumir ou reassumir o exercicio dos cargos, e para partir ou chegar aos seus postos.

§ 3º. — Para ser decretado o abandono do cargo, quando não for evidente de documentos ou actos positivos do proprio funcionario, é necessario que este seja previamente notificado durante quinze dias, si estiver no Brasil e

trinta si estiver no estrangeiro, por edital publicado tres vezes no *Diario Official* e num dos outros diarios de maior circulação da Capital da Republica.

Art. 27º. — Os funcionarios mencionados no art. 4º, são dispensaveis a todo o tempo pelo Governo.

CAPITULO XI

Disponibilidade

Art. 28º. — Os funcionarios de carreira do Corpo Consular ficarão em disponibilidade:

a) — quando deixarem o exercicio por suppressão legal dos seus cargos; e

b) — quando forem nomeados Sub-Secretario de Estado.

§ 1º. — No caso da lettra a) a disponibilidade dará direito á contagem do tempo para a aposentadoria, ao ordenado e á gratificação, si os funcionarios tiverem mais de dez annos de serviço no Ministerio e ao ordenado si tiverem menos.

§ 2º. — No caso da lettra b) o funcionario terá apenas os vencimentos e representação do cargo de Sub-Secretario (Regulamento da Secretaria de Estado, art. 30, paragrapho unico). Terminada a commissão de Sub-Secretario, o funcionario ficará incluído no caso do paragrapho anterior até voltar á effectividade.

Art. 29º. — Os funcionarios em disponibilidade só poderão voltar á effectividade na mesma categoria.

CAPITULO XII

Aposentadoria

Art. 30º. — A aposentadoria dos funcionarios de carreira (art. 1º) rege-se-á pela lei geral que regula o assumpto, observada, porém, a seguinte tabella:

Os vencimentos annuaes para a aposentadoria serão calculados em moeda-papel nacional do modo seguinte:

Consul Geral de Primeira Classe, ordenado 12:000\$000 e gratificação 6:000\$000.

Consul Geral de Segunda Classe, 10:000\$000 e..... 5:000\$000.

Consul de Primeira Classe, 8:000\$000 e 4:000\$000.

Consul de Segunda Classe, 5:333\$334 e 2:666\$666.

Art. 31º. — Os aposentados poderão usar o titulo e o uniforme do ultimo cargo que houverem exercido no Corpo Consular.

CAPITULO XIII

Vencimentos

Art. 32º. — Cabem aos funcionarios do Corpo Consular os vencimentos annuaes constantes da tabella annexa, que serão pagas em ouro ou em moeda-papel, conforme os casos definidos no art. 41, §§ 1º e 2º.

§ 1º. — Dois terços dos vencimentos constituem o ordenado e um terço a gratificação; sendo esta devida sómente pelo exercicio do cargo, ou, ainda que fóra do exercicio, quando estiver o funcionario em commissão no Brasil em virtude de nomeação por decreto ou portaria, ou, em outros casos expressos na lei.

§ 2º. — Para os funcionarios nomeados, promovidos ou removidos o ordenado começará a ser contado da data em que partirem para seus postos; e a gratificação desde a data da posse (art. 11, paragrapho unico). Si, porem, a promoção se der no mesmo Consulado, o ordenado contar-se-á do dia em que o funcionario receber a

comunicação official da promoção; e as outras vantagens a partir da posse.

§ 3º. — Os substitutos perceberão a gratificação que os substituidos perderem, si outra não estiver expressamente fixada em lei.

Art. 33º. — Os funcionarios consulares que não recebem vencimentos fixos directamente da União, serão pagos pelo producto da renda dos respectivos estabelecimentos consulares, comtanto que a remuneração annual de cada um não exceda de 4:000\$000.

Art. 34º. — Os Inspectores de consulados terão direito ás passagens e á diaria de uma libra esterlina, quando em viagem de serviço regulamentar e de accôrdo com as instrucções e ordens recebidas.

CAPITULO XIV

Gratificação adicional

Art. 35º. — Terá uma gratificação adicional de 6:000\$000 annuaes, durante o effectivo exercicio do cargo, cada um dos Consules em Iquitos, Cobija e Villa Bella; e de 4:000\$000 o de Cayenna.

Art. 36º. — Os substitutos dos Consules Geraes e dos Consules de carreira terão, durante os impedimentos destes, uma gratificação mensal de 350\$000, 300\$000, 250\$000 e 200\$000, respectivamente aos consulados geraes de Primeira e Segunda classes e aos consulados das duas classes.

CAPITULO XV

Ajuda de custo

Art. 37º. — Para as despesas de viagem, installação e mudança, os funcionarios de carreira (art. 1º) terão direito a uma quantia, que lhes será paga em duas prestações, a primeira de dois terços, antes da partida, e a outra de um terço, quando chegarem ao seu posto, calculada conforme os vencimentos de um anno, do modo seguinte:

§ 1º. — Os nomeados pela primeira vez para qualquer posto:

a) — sendo casados Tres quarteis
b) — " solteiros Dois "

§ 2º. — Os removidos ou promovidos para lugares diferentes dos da sua residencia:

a) — no mesmo continente:

sendo casados Dois quarteis
" solteiros Um quartel

b) — 1º) de um continente para outro; 2º) da America do Norte para a do Sul, e vice-versa; e 3º) da Republica Argentina, do Uruguay ou do Paraguay para a Colombia, Bolivia, Perú, Chile, Venezuela e vice-versa:

sendo casados Tres quarteis
" solteiros Dois "

§ 3º. — Os exonerados ou declarados em disponibilidade, para o regresso ao Brasil:

sendo casados Dois quarteis
" solteiros Um quartel

§ 4º. — Os que forem chamados ao Brasil em serviço, um quartel.

§ 5º. — Para os efeitos dos §§ 1º, 2º e 3º são equiparados aos casados os funcionarios viuvos ou divorciados, que ordinariamente tiverem em sua companhia e á sua custa filhas e irmãs solteiras, filhos menores, netos menores sem pae nem mãe, paes invalidos, ou mãe viuva;

assim como os solteiros, que tiverem ordinariamente em sua companhia e á sua custa, mãe viuva, paes invalidos ou irmãs solteiras. O funcionario declarará por escripto quaes as pessoas de familia que o acompanham.

§ 6º. — A familia do funcionario fallecido na effectividade, ou em gozo de licença, abonar-se-á si voltar ao Brasil a ajuda de custo que a elle caberia.

§ 7º. — Nos casos de remoção, com ou sem promoção, por iniciativa do Governo, dentro de um anno, a contar da posse do cargo anterior, será devida nova ajuda de custo; e nenhuma, si a remoção fôr feita, em qualquer tempo, por solicitação do funcionario. Quando a remoção fôr pedida, o acto que a conceder deve-á declaral-o, e contra os effectos desta declaração, decorridos trinta dias, nenhuma reclamação ou prova será mais admittida.

§ 8º. — Os nomeados, removidos ou promovidos nos paizes em que já se acham a serviço, terão direito a um terço da ajuda de custo concedida aos que se deslocam no mesmo continente.

Art. 38º. — A primeira prestação de ajuda de custo será realizada logo que o funcionario tiver retido a passagem, devendo a Secretaria, quando lhe competir, tomar as providencias necessarias para facilitar esse pagamento.

Paragrapho unico. — Quando, porém, a ajuda de custo for sacada pelo funcionario, procederá elle na forma do art. 43º.

Art. 39º. — O funcionario que deixar de partir para o seu posto ou de tomar posse do seu cargo, dentro dos prazos legais, restituirá, immediatamente, á Repartição pagadora no estrangeiro, ou ao Thesouro Nacional no Rio a ajuda de custo que tiver recebido, sob pena de cobrança executiva e de não poder mais ser nomeado, ou reverter, para cargos do Ministerio das Relações Exteriores.

Paragrapho unico. — Havendo motivo justificado essa restituição será feita quando o Governo o determinar.

Art. 40º. — Quando, accidentalmente, o funcionario de carreira viajar de um posto para outro, por motivo de serviço e por ordem superior, não receberá ajuda de custo, mas somente a importancia das despesas de transporte.

CAPITULO XVI

Pagamentos e saques

Art. 41º. — As remunerações dos funcionarios de carreira serão pagas, por mezes vencidos, na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Londres, ou outra Repartição designada por lei ou pelo Governo.

§ 1º. — Sel-o-ão em ouro, ao cambio de vinte e sete dinheiros por mil réis, nos casos seguintes:

a) — sempre que o funcionario estiver, no estrangeiro, em serviço ou em gozo legal de licença;

b) — quando estiver no Brasil em gozo de ferias ordinarias ou extraordinarias;

c) — quando, no estrangeiro ou no Brasil, estiver em transito, de um posto para outro.

§ 2º. — Em todos os demais casos os pagamentos serão feitos em moeda-papel nacional, de accôrdo com a tabella do art. 30º.

Art. 42º. — Os saques dos funcionarios que se acharem em exercicio fóra do paiz, serão feitos contra a Repartição pagadora no estrangeiro, ou a que lhe for determinada.

Paragrapho unico. — Para o fim do pagamento das remunerações mensaes dos respectivos funcionarios, cada Consul Geral ou Consul organizará, nos primeiros dias de cada mez e assignará uma folha, conforme o modelo indicado pelo Ministerio, da qual constarão os nomes dos funcionarios em effectivo exercicio com a discriminação,

em moeda nacional, das remunerações e quaesquer outras quantias accrescidas, dos descontos feitos e do liquido a receber e com a assignatura de cada um delles como recibo.

Essa folha será feita em tres vias, sendo duas remetidas á Repartição pagadora no estrangeiro e a terceira á Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado.

Art. 43º. — Os funcionarios ausentes ou fóra do exercicio poderão sacar a remuneração a que tiverem direito contra a Repartição pagadora, fazendo acompanhar o seu saque pelo recibo, em tres vias, com discriminação da quantia total e dos descontos; sendo taes recibos annexos á folha e nella averbados.

Paragrapho unico. — Durante o transito, porém, não poderão sacar, salvo autorização expressa do Ministerio em casos justos.

Art. 44º. — Os pagamentos poderão ser feitos na Repartição pagadora aos procuradores, legalmente constituídos pelos funcionarios, e estes, em tal caso, não poderão assignar a folha de que trata o art. 42º, paragrapho unico, na qual se anotará essa circumstancia. Relativamente aos recibos dos procuradores se procederá na forma do art. 43º.

Art. 45º. — Os Chefes sacarão tambem, por mezes vencidos, as quantias necessarias ás despesas legais de expediente e, por trimestre ou, no maximo, por semestres adeantados, as necessarias ao aluguel do estabelecimento consular consoante ao ajuste da locação, prestando contas documentadas á Repartição pagadora.

Paragrapho unico. — A verba de aluguel comprehende as despesas com o porteiro, continuos, iluminação, telephone e aquecimento; mas não as da residencia particular do Chefe.

Art. 46º. — Fóra dos casos referidos, nenhum outro saque será feito sem prévia autorização do Ministro das Relações Exteriores.

Art. 47º. — Os saques serão a prazo de tres dias de vista e precedidos ou acompanhados de cartas de aviso á Repartição pagadora.

Art. 48º. — Os funcionarios disponiveis que reverterem á actividade exhibirão uma guia comprobatoria do ultimo pagamento a elles feito como disponiveis e vice-versa.

Art. 49º. — Serão remettidos á Repartição pagadora os recibos, em duas vias, e á Secretaria de Estado em uma via, de quaesquer quantias sacadas para despesas extraordinarias.

CAPITULO XVII

Ferias, licenças, tempo de serviço, penas disciplinares

Art. 50º. — São applicaveis aos funcionarios do Corpo Consular os preceitos relativos ás ferias, licenças, tempo de serviço, vindas obrigatorias ao Brasil e penas disciplinares, estatuidos para o Corpo Diplomatico no seu Regulamento.

CAPITULO XVIII

Disposições geraes

Art. 51º. — O Governo expedirá instrucções geraes ou especiaes acerca dos seguintes assumptos:

a) — modo de installação, funcionamento, expediente escripturação, contabilidade, formularios, correspondência e emolumentos dos estabelecimentos consulares;

b) — acção dos consules relativamente á navegação, despacho de embarcações, legalização de manifestos, conhecimentos e facturas consulares;

c) — registro civil e notariado;

d) — attribuições e deveres dos Addidos Commerciaes;

e) — ceremonial, e outros assumptos protocollares, inclusive o uniforme de que usarão os representantes consulares;

f) — execução das leis do montepio attinentes ao Corpo Consular;

g) — privilegios, isenções e direitos dos funcionarios consulares.

Art. 52º. — Sempre que se fizer necessario o Governo expedirá instrucções para esclarecimento e completa execução deste Regulamento. Outrossim, poderá modificar a classificação dos Consulados constante dos arts. 2º e 3º.

Art. 53º. — Os Addidos Commercias e Inspectores de Consulados que tiverem mais de dez annos de effectivo serviço nesses cargos poderão ser nomeados consules Geraes para servirem inicialmente nos Consulados Geraes de Segunda Classe.

Art. 54º. — Tem applicação ao Corpo Consular o disposto no art. 39º do Regulamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 55º. — Revogam-se as disposições em contrario.

Disposições transitorias

Art. 1º. — Os actuaes Auxiliares de Consulado que tiverem prestado o exame de habilitação de que trata o art. 9º do decreto n. 12.996, de 24 de abril de 1918, ficam dispensados do concurso para Consul de Segunda Classe.

Art. 2º. — Os actuaes Consules passam a denominar-se Consules de Primeira Classe; os Vice-Consules, Consules de Segunda Classe; os Chancelleres, Consules de Segunda Classe adjuntos; e os Vice-Consules honorarios, Vice-Consules.

Art. 3º. — Os funcionarios de carreira, servindo actualmente em estabelecimentos consulares que por este Regulamento são rebaixados ou elevados de categoria e de vencimentos, continuarão a servir nelles, com os mesmos vencimentos de agora, enquanto não forem collocados em estabelecimentos equivalentes aos actuaes ou promovidos, si tiverem direito á promoção.

Art. 4º. — Os actuaes funcionarios de carreira, servindo em estabelecimentos consulares supprimidos por este Regulamento, continuarão a perceber os seus actuaes vencimentos se tiverem mais de dez annos de serviço no ministerio e sómente o ordenado se tiverem menos, até serem aproveitados, ou demittidos. Esses pagamentos serão feitos em ouro, ao cambio de 27 dinheiros por mil réis; se tiverem ordem de permanecer no estrangeiro, ou em papel nacional se a ordem for para regressarem ao Brasil.

O Governo poderá designar-os para servirem em outros estabelecimentos consulares.

Art. 5º. — Enquanto não forem expedidas as Instrucções ou regimentos sobre os assumptos de que trata o art. 51º, continuará em vigor, nessa parte, a consolidação actual do Corpo Consular.

Tabella de vencimentos dos funcionarios do Corpo Consular

	ORDENADO	GRATIFICACÃO	TOTAL
Consul Geral de 1ª classe	9:333\$333	4:666\$667	14:000\$000
" " 2ª classe	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
" de 1ª classe	5:333\$333	2:666\$667	8:000\$000
" 2ª classe	3:333\$333	1:666\$666	5:000\$000
Auxiliares dos Consulados de Buenos Aires, Nova York, Paris e Londres, a cada um	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Auxiliares dos outros Consulados, a cada um	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Inspector de Consulado	9:333\$333	4:666\$667	14:000\$000
Addido Commercial	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1920. — J. M. de Azevedo Marques.

Para encontrar o prazo de viagem entre dois países: toma-se o que tiver precedência em ordem alfabética na columna vertical. Segue-se depois a linha horizontalmente, até encontrar o numero correspondente ao segundo país indicado na columna horizontal; e esse numero será o dos dias de viagem.

	Yugo-Slavia	Uruguay	Ukrania	Tcheco-Slovachia	Suissa	Siberia	Scandinavia	Russia	Rumania	Rio de Janeiro	Portugal	Polonia	Peru	Paraguay	Panamá	Mexico
Africa Occidental	25	25	35	35	30	30	30	30	30	15	20	30	70	30	40	40
Allemanha	5	40	5	5	5	55	5	5	5	30	7	5	60	45	30	30
Antilhas	30	30	35	30	25	65	30	30	30	20	25	30	55	50	15	15
Argelia	10	45	12	12	10	60	5	15	12	35	10	12	65	50	30	35
Argentina	45	12	50	40	40	90	40	45	45	10	40	45	70	10	45	45
Australia	70	90	70	70	70	45	70	70	70	90	70	70	120	90	90	90
Austria	5	40	5	5	5	55	5	5	5	30	7	5	55	45	30	30
Belgica	10	40	10	10	5	55	5	10	10	30	5	5	55	45	30	30
Bolivia	65	70	70	65	65	90	65	70	70	60	60	65	60	70	55	55
Canada	20	45	30	25	20	50	25	30	30	35	25	25	60	50	20	15
Chile	55	20	60	55	50	50	50	55	55	25	50	55	65	25	55	55
China	50	85	50	50	45	12	50	50	50	80	50	50	90	90	45	50
Egypto	10	45	10	10	10	45	12	12	10	40	10	10	90	50	35	
Estados Unidos	20	45	30	25	20	50	25	30	30	35	25	25	60	50	20	15
França	5	40	7	5	5	55	7	10	10	30	5	5	60	45	30	30
Gran Bretanha	5	40	7	5	5	55	5	10	10	30	7	7	60	45	30	30
Grécia	5	45	7	7	7	50	12	12	7	40	12	10	70	55	25	35
Guayana	35	40	40	35	35	75	35	40	40	30	35	40	45	40	15	15
Espanha	10	40	10	10	7	55	10	12	12	5	10	60	45	30	30	
Hollanda	5	40	7	5	5	55	7	10	10	30	5	7	60	45	30	30
Hungria	5	45	7	5	5	55	7	10	5	30	12	5	65	50	35	30
India	5	40	7	5	5	55	10	12	10	30	7	7	60	45	30	30
Indo-China	45	85	50	45	45	10	50	50	50	80	50	50	90	90	45	50
Iladeiro	20	30	20	20	15	60	20	20	20	20	7	20	55	55	40	40
Mexico	35	45	35	35	30	50	35	35	35	35	30	35	65	10	3	
Panamá	35	45	35	35	30	50	35	35	35	35	30	35	60	50	0	
Paraguay	50	10	50	50	45	90	50	50	50	15	45	50	70	5		
Peru	60	70	65	65	60	90	65	65	65	60	65	0				
Polonia	7	45	5	5	5	55	7	7	7	35	12	3				
Portugal	12	40	12	10	7	55	10	12	12	30	3					
Rio de Janeiro	35	10	40	30	30	85	30	35	40	0						
Rumania	7	45	5	7	10	55	12	7	3							
Russia	7	5	7	7	7	45	7	5								
Scandinavia	10	45	10	10	7	60	5									
Siberia	60	90	55	50	50	0										
Suissa	5	40	7	5	3											
Tcheco-Slovachia	5	40	5	3												
Ukrania	5	45	3													
Uruguay	45	5														
Yugo-Slavia	3															

